

--- 簡要裁判（按照經第 9/2013 號法律修改的<<刑事訴訟法典>>第 407 條第 6 款規定） -
--- 日期：29/06/2022 -----
--- 裁判書製作法官：周艷平法官 -----

簡要裁判書

編號：第 473/2022 號（刑事上訴案）

上訴人：A

日期：2022 年 6 月 29 日

一、案情敘述

澳門初級法院刑事起訴法庭於 PLC-003-22-1-A 案審理上訴人 A 的假釋個案，於 2022 年 5 月 4 日作出批示，決定不准予假釋（詳見卷宗第 48 至第 50 頁）。

上訴人不服，向本中級法院提出上訴。上訴人主張其本人已完全符合了假釋條件，相關批示違反了《刑法典》第 56 條第 1 款的規定，請求予以廢止，並批准其假釋（詳見卷宗第 73 頁至第 78 頁背頁之上訴理由闡述）。

*

被上訴批示之主要內容如下：

“.....

囚犯的情況已符合上述形式要件。

就實質要件，在特別預防方面，囚犯服刑期間未有申請參與獄中的學習課程及職業培訓，亦無參與獄方舉辦之其他活動及講座。可以說，僅憑囚案上述服刑表現，當中可供考量之屬有利其獲得假釋之正面因素十分有限。

此外，本案需特別注重的是囚犯在獄中的紀律表現，其於 2021 年 9 月 21 日因多次辱罵獄警、不聽從警令及抗拒獄警執行職務而違反「侮辱性言語」、「對監獄長、公務員或因執行職務或作探訪而進入監獄之其他人士作出侵犯行為」及「不遵守向其發出之命令或指示，或在履行時無合理理由而有延遲」之獄規，獄方考慮到其行為的不法性及故意程度高，情節性質惡劣及嚴重破壞監獄秩序，遂於 2021 年 11 月 24 日裁定對其作出收押紀律囚室並剝奪放風權利 30 日之處分。基於上述服刑表現，獄方對囚犯服刑行為的總評價為“差”，且結論是其行為仍有待觀察。從囚犯上述違規表現及相關情節，可見其單在監獄這個小社會中仍未能做到安份守紀的最基本要求，自制力及守法意識均十分薄弱，本法庭對於囚犯是否已從被判處的徒刑刑罰中汲取教訓抱持疑問，且對其是否已朝正面方向作出確切糾治仍存保留。

綜觀囚犯在獄中之表現，並考慮到其所實施的犯罪之嚴重性、過往生活與人格方面的演變情況，本法庭認為目前囚犯仍未具備適應誠實生活的能力及意志，因此對其一旦提早獲釋能以負責任的態度在社會安份地生活並不再犯罪方面沒有充足信心。所以，囚犯的情況不符合澳門《刑法典》第 56 條第 1 款 a 項所規定的給予假釋的實質條件。

除了上訴在特別獄方方面的因素外，為決定是否給予假釋，還必須顧及在一般預防犯罪及維護社會與法律秩序方面的考慮，而不單取決於囚犯本人是否

已具備重新納入社會的主觀有利因素，更重要的是考慮這類犯罪的假釋所引起的消極社會效果。

就本案囚犯的情況，尤其在一般預防方面，囚犯所觸犯的是一項「**取物後使用暴力罪**」，依據有關已證事實顯示，以旅客身份來澳的囚犯與同伙為獲取不法金錢利益，瞄準從事兌款工作的被害人作為犯案目標，由囚犯負責帶被害人到涉案酒店房間假意進行兌款，在被害人不虞有詐交出港幣十九萬元後，囚犯隨即帶同該款項逃走並企圖將之據為己有，但遭被害人抓住而未能成功離開，為了成功取去款項，囚犯便連同同伙對被害人使用暴力，致使被害人手部受傷，囚犯與其同伙最終因驚動酒店職員而未能遂成有關犯罪。從犯罪情節足見囚犯所實施之取物後使用暴力的罪行惡性重大，且其主觀故意程度極高，對於此等具有暴力犯罪和財產犯罪雙重性質的犯罪行為，實應予以強烈譴責。囚犯所為對法律所要保護的法益及社會治安造成極為負面的影響，嚴重危害到公民的安全和社會的安寧，同時亦對澳門作為安全旅遊城市之形象帶來衝擊，尤其是近年由“還錢黨”衍生的犯罪行為肆虐本澳各大賭場，當中對於澳門作為博彩旅遊城市之形象所造成的損害尤為嚴重，有關情況實應予以高度關注。

須指出，儘管上述負面因素在量刑時已被考慮，但是，在決定假釋時仍必須將之衡量，考究將囚犯提早釋放會否使公眾在心理上產生無法接受之感，會否對社會秩序產生重大衝擊。

考慮到澳門社會的現實情況，提早釋放囚犯將引起相當程度的社會負面效果，妨礙公眾對被觸犯的法律條文之效力所持有的期望，故基於有需要對有關犯罪作一般預防的考慮，本法庭認為，提前釋放囚犯將有礙法律秩序的權威及社會的安寧，因此，不符合澳門《刑法典》第 56 條第 1 款 b 項所規定的給予

假釋此一必備實質要件。

綜上所述，並經考慮檢察院及監獄獄長之意見，本法庭認為由於提早釋放囚犯 A 並不符合澳門《刑法典》第 56 條第 1 款 b 項的規定，故決定否決其假釋申請，囚犯必須服完剩餘半年的徒刑刑期。

.....”

*

上訴人在其上訴理由闡述中陳述了上訴理據。¹

¹ 上訴人陳述了以下上訴理據（結論部分）：

1. Vem o presente recurso do despacho proferido pelo Mmo. Juiz nos autos que negou a concessão de liberdade condicional ao Condenado, ora Recorrente.
2. Como se sabe, a obtenção da liberdade condicional pelo Recorrente não é automática, mas depende da verificação de requisitos formais e materiais ou de substância a que alude o artigo 56º do Código Penal de Macau (doravante designado por “CP”).
3. E, se nenhuma dúvida existe quanto à verificação dos requisito formais, sustentou-se a decisão na não verificação dos requisitos substanciais previstos nas alíneas a) e b) do nº 1 do artigo 56º *supra* referido.
4. Na verdade, analisada a fundamentação da decisão, conclui-se pela inaplicabilidade da disposição legal do referido artigo 56º, porquanto a manter-se a interpretação que a decisão recorrida faz do comportamento do Recorrente - essencialmente em função da sua condenação -, nunca nenhum condenado poderá beneficiar da faculdade da liberdade condicional prevista na aludida norma.
5. De facto, analisada a decisão vejamos alguns excertos decisórios, em função do que o próprio Tribunal considera ser o fim do pedido de liberdade condicional:

“根據澳門《刑法典》第 56 條第 1 款的規定，假釋的形式要件是囚犯服刑達三分之二且至少已服刑六個月，實質條件則是在綜合分析囚犯的整體情況並考慮到犯罪的特別預防和一般預防的需要後，法院在被判刑者回歸社會和假釋對法律秩序及社會安寧的影響兩方面均形成有利於囚犯的判斷。”

6. Assim, a mesma refere:

“就實質要件，在特別預防方面，囚犯服刑期間未有申請參與獄中的學習課程及職業培訓，亦無參與獄方舉辦之其他活動及講座。”

7. Pelo que vem concluir da seguinte forma .

“縱觀囚犯在獄中之表現，並考慮到其所實施的犯罪之嚴重性、過往生活與人格方面的演變情況，本法庭認為目前囚犯仍未具備適應誠實生活的能力及意志，因此對其一旦提早獲釋能以負責人的態度在社會安份地生活並不再犯罪方面沒有充足信心。所以，囚犯的情況不符合澳門《刑法典》第 56 條第 1 款 a) 項所規定的給予假釋的實質條件。”.

8. Na verdade, os familiares do Recorrente o ajudaram e o Recorrente já tem plano de vida depois de ser concedido a liberdade condicional.

9. Acresce que, o Recorrente já pagou as custas judiciais e ressarciu o lesado conforme se comprova pelo ofício constante a fls. 31 e 32 dos autos de liberdade condicional.

10. Passando mais de 5 meses em prisão, o Recorrente aprendeu a importância de ter liberdade e, tendo em conta a idade da sua mãe idosa, queria aproveitar o tempo para ficar com a sua mãe caso lhe fosse concedida a liberdade condicional.

11. Ademais, a apreciação que o Tribunal *a quo* sobre a evolução do Recorrente está em oposição ao relatório do técnico social, que é pessoa que tem efectivamente as condições necessárias para apreciar em concreto os efeitos que o cumprimento da pena, ao longo do tempo, vão produzindo no Recorrente e na sua conduta.

12. Razão pela o relatório do técnico social é uma as condições essenciais, na medida em que, aos contactar diariamente com o Recorrente, vai percebendo em que mediada o cumprimento da pena vai fazendo o Recorrente reflectir e pensar na conduta errada que o levou à prisão e à perda da liberdade.

-
13. E, será de acordo com esta aferição da prisão, que o Tribunal deverá decidir ou não, pela verificação da condição substancial, constante da alínea a) do nº 1 do artigo 56º do CP.
14. Ora, da decisão recorrida o que resulta provado é que o Relatório do assistente social é **Positivo**, ou seja, vai precisamente no sentido de que pelo seu comportamento no decurso do cumprimento da pena, o Recorrente revelou um sentido positivo de apreensão e que por isso, se for libertado, o seu bom comportamento social será responsável e sem cometimento de crimes .
15. O decidido quanto à matéria da alínea a) do nº 1 do artigo 56º do CP está pois não só em total oposição com aquele relatório, como a decisão está em clara violação do disposto naquele normativo.
16. Vejamos agora a decisão quanto ao requisito da alínea b) do nº 1 do artigo 56º do CP.
17. Neste capítulo a decisão recorrida refere o seguinte:
- “就本案囚犯的情況，尤其在一般預防方面，囚犯所觸犯的是一項「取物後使用暴力罪」(…)”
18. Mais ao mesmo tempo refere:
- “...從犯罪情節足見囚犯所實施之取物後使用暴力的罪行惡性重大，且其主觀故意程度極高，對於此等具有暴力犯罪和財產犯罪雙種性質的犯罪行為，實應予以強烈譴責。...”
19. O que “囚犯所為對法律所要保護的法益及社會治安造成極為負面的影響，嚴重危害到公民的安全和社會的安寧，同時亦對澳門作為安全旅遊城市之形象帶來衝擊...”
20. Acresce que:
- “考慮到澳門社會的現實情況，提早釋放囚犯將引起相當程度的社會負面效果，妨礙公眾對被觸犯的法律條文之效力所持有的期望，故基於有需要對有關犯罪作一般預防的考慮...”
21. Perante estas considerações, o Tribunal culmina, decidindo da seguinte forma:
- “本法庭認為，提前釋放囚犯將有礙法律秩序的權威及社會的安寧，因此，不符合澳門《刑法典》第 56 條第 1 款 b)項所規定的給予假釋此一必備實質要件。”

-
22. Ora, o excerto decisório transcrito é, na opinião da defesa, não uma apreciação sobre a situação do Recorrente, para efeito de o restituir à liberdade, mas exactamente o contrário, pois que representa a eliminação da ordem jurídica do direito à liberdade condicional ou, quando assim se não entenda que não se trata de um direito, da expectativa legítima de, face ao seu bom comportamento prisional, poder beneficiar da liberdade condicional.
23. Dir-se-á até que o Tribunal *a quo* se contradiz na medida em que o instituto da liberdade condicional foi exactamente criada como forma e prémio de reeducação social dos condenados, no sentido de premiar com a liberdade condicional, não só o cumprimento exemplar da pena, por um lado, como por outro, premiar um compromisso sério do Recorrente com a sociedade no sentido de não cometer mais crimes e de passar a ter um comportamento adequando à vivência em sociedade e, portanto, à sua reintegração.
24. Acresce que a sua libertação antecipada já não põe em causa a ordem jurídica e muito menos a paz social pois que para a sociedade, dado o tempo decorrido, já são irrelevantes os crimes cometidos pelo Condenado.
25. Assim, tendo o Recorrente cumprido já dois terços do período da pena a que foi condenado e pelos motivos expostos beneficia de um juízo de prognose favorável que lhe permitirá logo que em liberdade, levar uma vida socialmente responsável, honesta e de trabalho, sem cometer novos crimes.
26. Ademais, não fazendo a lei depender do tipo de crime cometido a concessão da liberdade condicional, já que outros crimes mais graves existem em que aquela é concedida, mas do esforço que o Recorrente faça para praticar actos demonstrativos da sua capacidade e se adaptar a uma vida socialmente responsável, com foi o caso, não se vislumbra em que medida a sua libertação, face ao ilícito cometido, possa configurar-se como susceptível de causar alarme social por se revelar incompatível com a defesa da ordem jurídica e da paz social.
27. Pelo exposto o despacho recorrido, por erro de interpretação e aplicação, deverá ser anulado por violar o disposto no nº 1, alíneas a) e b) do artigo 56º do CP.

*

駐刑事起訴法庭的檢察院代表對上訴作出答覆，認為應裁定上訴理由不成立（詳見卷宗第 81 頁至 82 頁背頁）。

檢察院指出（答覆狀結論部分）：

上訴人 A 在初級法院合議庭普通刑事案編號 CR1-21-0222-PCC 卷宗中觸犯《刑法典》第 205 條結合第 204 條第 2 款 b) 項、第 198 條第 2 款 a) 項、第 196 條 b) 項、第 21 條、第 22 條及第 67 條規定及處罰的一項「取物後使用暴力罪」，被判處一年六個月實際徒刑，以及須以連帶責任的方式向被害人支付港幣 3,500 元賠償金。

2022 年 5 月 4 日，刑事起訴法庭否決上訴人之假釋申請，上訴人向中級法院提起上訴。

然而，假釋並非自動及必然給予，除符合形式要件外，尚須符合特別預防及一般預防之實質要件。

本案符合假釋的形式要件。

在刑罰的特別預防方面，上訴人首次入獄，但並非初犯。本案中，上訴人伙同他人假裝與被害人兌換貨幣，待被害人交出款項後，上訴人便帶同該筆款項逃走並企圖將之據為己有，且為了不返還該些款項，對被害人使用暴力，但非因己意因未能成功，相關情節顯示其犯罪故意程度相當高，手法意識相當薄弱。而且，上如入獄後仍未能改善糾正其行為及守法意識。在 2021 年因違反「侮辱性言語」、「對監獄長、公務員或因執行職務或作探訪而進入監獄之其他人士作出侵犯行為」及「不遵守向其發出之命令或指示，或在履行時無合理理由而有延遲」的獄規而被科處收押紀律囚室並剝

奪放風權利 30 日，獄方對上訴人的評價為整體行為表現差，獄中行為仍有待觀察。既然囚犯在監獄的小社會中最基本的安份守紀也未能做到，經考慮其以往的生活及人格，以及在服刑期間的人格改變，本院認為仍需要對上訴人作進一步觀察，目前根本無法合理地期望上訴人一旦獲釋將能以對社會負責任的方式生活而不再犯罪。

在一般預防方面，上訴人非為澳門居民，以旅客身份來澳實施本案所涉的犯罪，而且，本案所涉及的是與換錢當相關的犯罪，此類犯罪近年肆虐澳門，對澳門的法律秩序已造成相當嚴重的負面影響，因此，有需要作出有效打擊，若提早釋放上訴人將損害公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的期望，且嚴重影響澳門的治安，故此，本院認為現階段釋放上訴人並不能滿足一般預防的要求。

基於此，本院認為被上訴人批示否決上訴人假釋申請之決定是正確的，並沒有違反任何法律規定

綜上所述，檢察院認為上訴人提出的上訴理據不成立，應予駁回。

*

案件卷宗移交予本中級法院後，駐本院的檢察院代表對之作出檢閱，並提交法律意見，認為應裁定上訴人之上訴理由不成立，並維持被上訴決定（詳見卷宗第 89 頁至第 90 頁）。

*

本院接受上訴人提起的上訴後，裁判書製作人認為上訴理由明顯不能成立，並根據《刑事訴訟法典》第 407 條第 6 款 b) 項之規定，對上訴作出簡要裁判。

*

二、事實方面

本院透過審查案卷內的文件資料，認定對審理本上訴具重要性之事實如下：

1. 於 2021 年 12 月 3 日，在第一刑事法庭合議庭普通刑事案第 CR1-21-0222-PCC 號卷宗內，上訴人因以直接共同正犯及未遂方式觸犯一項《刑法典》第 205 條結合第 204 條第 2 款 b 項、第 198 條第 2 款 a 項、第 197 條及第 196 條 b 項及《刑法典》第 67 條所規定及處罰的「取物後使用暴力罪」，判處 1 年 6 個月實際徒刑；並須與同案另一被判刑人以連帶責任方式向被害人支付港幣 3,500 元賠償金。裁決針對上訴人於 2021 年 12 月 23 日轉為確定。

2. 上訴人將於 2022 年 11 月 4 日服滿所有刑期，於 2022 年 5 月 4 日服滿申請假釋所取決的刑期。

3. 上訴人已繳付被判卷宗的訴訟費用。

4. 上訴人已經履行被判處的支付被害人港幣 3,500 元賠償金的義務。

5. 上訴人沒有其他待決案卷。

6. 上訴人現年 43 歲，內地居民，未婚，為家中獨子。

7. 上訴人具大學本科畢業之學歷程度。以往曾在黑龍江 XX 任職 XX，之後轉往簽證移民公司任職經理。

8. 上訴人服刑期間沒有申請參與回歸教育課程及職業培訓。

9. 上訴人入獄後，其家人曾來澳前往監獄探望，上訴人亦透過書信及申請致電與家人保持聯絡。

10. 根據上訴人在監獄的紀錄，上訴人屬信任類，監獄對上訴人在服刑期間的行為總評價為“差”。上訴人於 2021 年 9 月 21 日因多次辱罵獄警、不聽從警令及抗拒獄警執行職務而違反「侮辱性言語」、「對監獄長、公務員或因執行職務或作探訪而進入監獄之其他人士作出侵犯行為」及「不遵守向其發出之命令或指示，或在履行時無合理理由而有延遲」之獄規，獄方於 2021 年 11 月 24 日裁定對其作出收押紀律囚室並剝奪放風權利 30 日之處分。

11. 上訴人沒有申請參加學習課程及職業培訓，也沒有參與獄方舉辦的其他活動及講座。

12. 上訴人倘獲准假釋出獄，將返回內地生活；工作方面，上訴人表示會繼續從事簽證移民的中介工作。

13. 上訴人就假釋發表意見，其透過信函作出聲明，表示已對自己所犯之罪行深感後悔，且已作出反省，加上父親在其服刑期間去世，上訴人更是悔不當初，希望法庭批准其假釋申請，讓其早日回家照顧母親及重新做人（見卷宗第 43 頁）。

16. 於假釋檔案及假釋報告中，獄長不建議給予上訴人假釋，技術員建議慎重考慮上訴人的假釋申請。

三、法律方面

本上訴案件涉及的問題為：假釋之實質要件

*

澳門《刑法典》第 56 條規定：

一、 當服刑已達三分之二且至少已滿六個月時，如符合下列要件，法院須給予被判刑者假釋：

a) 經考慮案件之情節，行為人以往之生活及其人格，以及於執行徒刑期間在人格方面之演變情況，期待被判刑者一旦獲釋，將能以對社會負責之方式生活而不再犯罪屬有依據者；及

b) 釋放被判刑者顯示不影響維護法律秩序及社會安寧。

二、 假釋之期間相等於徒刑之剩餘未服時間，但絕對不得超逾五年。

三、 實行假釋須經被判刑者同意。

*

根據《刑法典》第 56 條第 1 款的規定，是否給予假釋取決於假釋的形式條件及實質條件是否同時成立。

本案，上訴人同意獲得假釋，其已經服刑達刑期的三分之二，並且超過六個月，符合假釋的形式條件。

但是，上訴人符合假釋的形式條件之後，並非自動獲得假釋，須同時具備假釋的實質條件之要求，方可獲給予假釋。

假釋的實質條件是：在綜合分析服刑人的整體情況並考慮到犯罪的特別預防和一般預防的需要後，法院在被判刑者回歸社會和假釋對法律秩序及社會安寧的影響兩方面均形成有利於服刑人的判斷。

假釋的特別預防要求，是得出對服刑人將能以對社會負責之方式生活而不再犯罪的有依據的有利預測。這需要綜合考慮案件之情節、行為人以往之生活及其人格，以及行為人於執行徒刑期間在人格方面之演變情況，

從而整體判斷服刑人是否已有具真實依據之悔改，及將能以對社會負責之方式生活而不再犯罪。

假釋的一般預防要求，是提前釋放被判刑者顯示不影響維護法律秩序及社會安寧。這是從整個社會的角度對假釋提出的一個前提要求，不論對被判刑者能否重新納入社會有否肯定的判斷。

*

假釋作為一項執行徒刑的機制，要求在特別預防方面和一般預防方面均符合假釋的要求。

在審查特別預防方面時，不能孤立考慮服刑人的某些行為表現，需綜合考慮案件之情節、行為人以往之生活及其人格，以及行為人於執行徒刑期間在人格方面之演變情況，從而整體判斷服刑人是否一旦獲釋，將能以對社會負責之方式生活而不再犯罪。

假釋一般預防方面的要求是假釋不會影響法律秩序及社會安寧，其重點是從“社會觀感”去考量。具體而言，這一“社會觀感”是，面對服刑者犯罪事實和情節的嚴重程度、其服刑期間的人格演變，公眾對其的人格改變予以認同和接納，其假釋不會令到公眾認為不符合公平正義、不會動搖公眾對法律制度的信心、不會引發公眾不必要的恐慌、不安。

*

本案，上訴人現年約 43 歲，其非為初犯，但為首次入獄。

上訴人服刑期間有違規受罰紀錄，屬信任類，監獄對上訴人服刑期間的行為總評價為“差”。

上訴人具高等教育文憑，其在獄中沒有參與回歸教育課程及職訓。上

訴人也沒有參與獄方舉辦的其他活動和講座。

上訴人已繳付判刑卷宗的訴訟費用及其他負擔。上訴人亦履行了被判處的支付賠償金的義務。

上訴人入獄後，家人曾經到獄中探訪給予支持，其亦透過書信及申請致電與家人保持聯絡。上訴人打算出獄後回內地生活，並繼續從事簽證移民公司之工作。上訴人重返社會之家庭和職業方面的支援尚可。

上訴人所作之事實及情節顯示：上訴人與另一名嫌犯在賭敗之後，合謀，分工合作，選定曾與上訴人兌換貨幣的被害人為目標，假意與被害人兌換貨幣，目的是奪取被害人的港幣現金後逃走。上訴人先聯絡被害人假稱兌換金錢，在上訴人的酒店房間進行交易時，被害人拿出港幣現金展示，上訴人立即取走並放入一袋內，被害人要求上訴人立即轉賬，但上訴人拒絕，並拿著裝有被害人現金的斜背袋離開，被被害人抓住。為脫離被害人的阻攔，上訴人與同案另一嫌犯對被害人實施暴力，導致被害人受傷。最終，驚動酒店職員報警，上訴人及其同伙的犯罪行為未遂。

*

在特別預防方面，根據上訴人的服刑表現，其整體表現差，因多次辱罵獄警、不聽從警令及抗拒獄警執行職務而違反「侮辱性言語」、「對監獄長、公務員或因執行職務或作探訪而進入監獄之其他人士作出侵犯行為」及「不遵守向其發出之命令或指示，或在履行時無合理理由而有延遲」之獄規。可見，上訴人遵紀守法意識薄弱、自我控制和自我約束能力差、難以以適當方式應對社會日常事務。上訴人在人格方面的演變不足，尚不能令法院確信其已經真心悔改並能以對社會負責任的方式生活及不再犯罪。

在一般預防方面，上訴人所作犯罪事實顯示，上訴人與另一同伙合謀，共同實施犯罪。其等在取得了被害人財物之後，為著保存得來的財物，對被害人實施暴力。上訴人的犯罪行為屬暴力搶奪他人財物之性質，對他人的身體完整性和財產安全造成嚴重侵犯，不法性程度高，對社會秩序和安寧帶來的負面影響亦十分嚴重。綜合考慮上訴人各方面因素，面對上訴人犯罪事實的嚴重性，對於社會大眾來講，上訴人的表現不足以大幅度地修復其犯罪行為對社會造成的損害，提前釋放上訴人，將令社會大眾感到不公平，損害公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的期望，不利於維護澳門的法律秩序和社會安寧。

故此，上訴人仍未具備《刑法典》第 56 條第 1 款 a) 項和 b) 項所規定的假釋之條件。

*

刑事起訴法庭的被上訴決定正確衡量了一般預防和特別預防的需要，決定不給予上訴人假釋，不存在違反澳門《刑法典》第 56 條第 1 款規定的情況。

因此，上訴人的上訴理由明顯不成立，應駁回上訴，維持原決定。

*

四、決定

綜上所述，裁判書製作人裁定上訴人 A 的上訴理由明顯不成立，駁回上訴，維持原決定。

*

本上訴之訴訟費用由上訴人負擔，其中，司法費定為 3 個計算單位，

上訴人的辯護人的辯護費定為澳門幣 1,800 元。

根據《刑事訴訟法典》第 410 條第 3 款規定，上訴人還須繳付 3 個計算單位的懲罰性金額。

著令通知。

—*—

澳門，2022 年 6 月 29 日

裁判書製作人

周艷平